

# Gastos Eleitorais e Prestação de Contas

## CAFÉ COM O CONTABILISTA

03 DE MAIO DE 2022

**DOMINGOS RODRIGUES ZATI**

CHEFE DA SEÇÃO DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS  
SACOE/CEP/SGE/TRE-MG



**ELEIÇÕES**  
**2022**  
#seuvotofazopaís



**Tribunal  
Regional  
Eleitoral**

**Minas Gerais**



ESCOLA JUDICIÁRIA  
ELEITORAL  
DE MINAS GERAIS



**CRCMG**  
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE  
DE MINAS GERAIS

# REFERENCIAL NORMATIVO

Resolução TSE nº **23.607/2019** e  
respectivas alterações  
promovidas pela Resolução TSE nº  
**23.665/2021.**

# Ponto de partida

- ✓ Gestão profissional e planejamento financeiro.
- ✓ Coleta de documentos comprobatórios adequados e tempestivos.

# **GASTOS ELEITORAIS**

Quais são os gastos permitidos?



Art. 35

## Serviços advocatícios e de contabilidade :

- Constituem gastos eleitorais, e;
- serão excluídos do limite de gastos da campanha.

(Art. 35, § 3º)



Não constitui doação de bens e serviços estimáveis em dinheiro (art. 25, §1º):


Honorários de serviços advocatícios e de contabilidade pagos por pessoa física.

O que não são gastos  
eleitorais?



Art. 35, § 6º





✓ combustível e manutenção de veículo automotor usado pela candidata e candidato na campanha;

✓ remuneração, alimentação e hospedagem do condutor do veículo a que refere ao item anterior;



✓ alimentação e hospedagem  
própria;

✓ uso de linhas telefônicas  
registradas em seu nome como  
pessoa física, até o limite de três  
linhas.

# Período para a realização de gastos de campanha

## INÍCIO

A partir da **data da realização da convenção partidária** (art. 36), observados os requisitos do art. 3º, isto é, **requerer o registro de candidatura, possuir CNPJ e abrir conta bancária para a campanha.**

## FIM

Até **o dia da eleição** (art. 33)

# Formas de pagamento (art. 38)

- I - cheque nominal cruzado;
- II - transferência bancária que identifique o CPF ou CNPJ da beneficiária ou do beneficiário;
- III - débito em conta; (novidade)
- IV - cartão de débito da conta bancária; ou (novidade)
- V - PIX, somente se a chave utilizada for o CPF ou o CNPJ. (novidade)

§ 1º O pagamento de boletos registrados pode ser realizado diretamente por meio da conta bancária, vedado o pagamento em espécie.

§ 2º É vedado o pagamento de gastos eleitorais com moedas virtuais.

# Comprovação de gastos eleitorais de natureza financeira

Documento fiscal idôneo: nota  
fiscal/fatura/recibo/contrato (art. 60)

+

Documento de quitação: na forma do art.  
38 ou através de fundo de caixa, na forma  
do art. 39.

# Novidade!

## ▶ FINANCIAMENTO DE CANDIDATURAS FEMININAS

- Proporcional ao total de candidaturas, não podendo ser inferior a 30%

## ▶ FINANCIAMENTO DE CANDIDATURAS DE PESSOAS NEGRAS

- Proporcional as candidaturas de pessoas negras em cada gênero

**Arts. 17, §4º e 19, § 3º**

**Novidade!**

**PRAZO PARA DISTRIBUIÇÃO DE  
RECURSOS ÀS CANDIDATURAS  
FEMININAS E DE PESSOAS NEGRAS**

**ATÉ A DATA FINAL PARA ENTREGA DA  
PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL**

**(Arts. 17, § 10 e 19, 10)**

## Art. 17

§ 6º A verba do **Fundo Especial de Financiamento das Campanhas (FEFC)** destinada ao custeio das campanhas femininas e de pessoas negras deve ser aplicada exclusivamente nestas campanhas, sendo ilícito o seu emprego no financiamento de outras campanhas não contempladas nas cotas a que se destinam. (Redação dada pela Resolução nº 23.665/2021)

§ 7º O disposto no § 6º deste artigo não impede: o pagamento de despesas comuns com candidatos do gênero masculino e de pessoas não negras; a transferência ao órgão partidário de verbas destinadas ao custeio da sua cota-parte em despesas coletivas, desde que haja benefício para campanhas femininas e de pessoas negras. (Redação dada pela Resolução nº 23.665/2021)



## Art. 19

§ 5º A verba do **Fundo Partidário** destinada ao custeio das campanhas femininas e de pessoas negras deve ser aplicada exclusivamente nestas campanhas, sendo ilícito o seu emprego no financiamento de outras campanhas não contempladas nas cotas a que se destinam. (Redação dada pela Resolução nº 23.665/2021)

§ 6º O disposto no § 5º deste artigo não impede: o pagamento de despesas comuns com candidatos do gênero masculino e de pessoas não negras; a transferência ao órgão partidário de verbas destinadas ao custeio da sua cota-parte em despesas coletivas, desde que haja benefício para campanhas femininas e de pessoas negras. (Redação dada pela Resolução nº 23.665/2021)

# Quem fiscaliza?

**FEFC**



**Art. 17, § 5-A**

**FUNDO  
PARTIDÁRIO**



**Art.19, § 4º-A**

# ATENÇÃO!

Efetuar os devidos registros das doações entre as prestadoras e os prestadores de contas. A apuração do cumprimento das cotas é realizada de forma automatizada, pelo SPCE, considerando as informações prestadas.

## Art. 38, § 2º, da Lei 9.504/1997

Quando o material impresso veicular propaganda conjunta de diversos candidatos, os gastos relativos a cada um deles deverão constar na respectiva prestação de contas, ou apenas naquela relativa ao que houver arcado com os custos.

Lembrete: art. 60, § 3º

A Justiça Eleitoral poderá exigir a apresentação de elementos probatórios adicionais que comprovem a entrega dos produtos contratados ou a efetiva prestação dos serviços declarados.



# Inconsistências recorrentes

(alguns destaques)

# 1. Gastos de **impulscionamento de conteúdo na internet** (art. 35, §2º):

Valor da aquisição de crédito para impulscionamento de conteúdo sem a correspondente emissão de nota fiscal eletrônica de prestação de serviços.

## 2. Despesas com **pessoal** (art. 35, §12):

Apresentação de **mero contrato de prestação de serviço**, por vezes, acompanhado de **comprovação de pagamentos para terceiros**, e **ausência das informações exigidas no § 12, do art. 35.**




“§ 12. As despesas com pessoal devem ser detalhadas com a identificação integral das pessoas prestadoras de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado.”



**Emitir recibo de prestação de serviços, com detalhamento das informações exigidas.**

### 3. Gastos com **combustível** (art. 35, §11):

- Ausência de veículo registrado na prestação de contas;
- Abastecimento de veículo de propriedade da candidata ou do candidato;

- 
- Falta de identificação de veículos abastecidos nos cupons ou notas fiscais;
  - Ausência de informações sobre eventos de carreatas;
  - Emissão de nota fiscal, com descrição genérica, desacompanha de cupons fiscais.

- Doações estimáveis com combustíveis.

**ATENÇÃO:** cuidado com as doações para outras campanhas, que sejam de difícil demonstração quanto ao benefício para a própria campanha.


## Lembretes!

❖ **Gastos com combustível de veículos em eventos de carreata** (art. 35, §11, inciso I)

⇒ Limite de 10 (dez) litros por veículo, desde que feita, na prestação de contas, a indicação da quantidade de carros e de combustíveis utilizados por evento.


## ❖ Aluguel de veículos automotores (art. 42, inciso II)

⇒ Limite de até 20% (vinte por cento) em relação ao total dos gastos de campanha contratados (Lei nº 9.504/1997, art. 26, §1º).



❖ Alimentação do pessoal que presta serviços às candidaturas ou aos comitês de campanha contratados (art. 42, inciso I)

⇒ Limite de até 10% (dez por cento) em relação ao total dos gastos de campanha contratados (Lei nº 9.504/1997, art. 26, §1º).



❖ Contratação direta ou terceirizada de pessoal para prestação de serviços referentes a atividade de militância e mobilização de rua nas campanhas eleitorais (art. 41)

⇒ Limite ainda será definido e divulgado pelo TSE, após fechamento do cadastro eleitoral.



## ❖ Constituição de Fundo de Caixa (art. 39)

⇒ Saldo máximo de 2% dos gastos contratados, vedada a recomposição.



# PRESTAÇÃO DE CONTAS

## Estão obrigados a prestar contas:

**CANDIDATAS E CANDIDATOS**, ainda que tenham renunciado ou sido substituídos, ou ainda tenham o registro indeferido pela Justiça Eleitoral (mesmo que não tenham realizado campanha).

## Estão obrigados a prestar contas:

**PARTIDOS POLÍTICOS** que estejam anotados e vigentes no período eleitoral, mesmo que não tenham movimentado recursos para a campanha.

# Participação de advogadas e advogados, bem como das(os) contabilistas

- A arrecadação de recursos e a realização de gastos eleitorais devem ser acompanhadas por profissional habilitado em contabilidade desde o início da campanha, o qual realizará os registros contábeis pertinentes e auxiliará o candidato e o partido na elaboração da prestação de contas, observando as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e as regras estabelecidas na Legislação Eleitoral. (art. 45, § 4º)
- É obrigatória a constituição de advogado para a prestação de contas junto à Justiça Eleitoral, sob pena de ser julgada não prestada. (arts. 45, § 5º e 98, § 8º)

## Forma de prestar contas:

- Utilização do SPCE-Cadastro 2022;
- Envio de relatórios financeiros de campanha, em até 72 horas, contadas a partir de recebimento de doação;


## Forma de prestar contas:

- Envio da prestação de contas parcial, entre os dias 9 a 13 de setembro;
- Envio da prestação de contas final até 01/11/2022 (1º turno) e até 19/11/2022 (2º turno), se houver.


## Atenção!

A prestação de contas final é considerada recebida pela Justiça Eleitoral, a partir da validação da mídia eletrônica, conforme art. 53, § 2º.





Os documentos anexados no SPCE-Cadastro serão juntados automaticamente no PJe, após validação da mídia pela Justiça Eleitoral.



Se a mídia eletrônica da candidata ou do candidato for entregue para validação, após o prazo da final da entrega da prestação de contas, a prestadora ou o prestador de contas será considerada(o) inadimplente, e tal informação será anotada no seu cadastro eleitoral de forma automática pelo SPCE.

Para a entrega da mídia eletrônica à Justiça Eleitoral, sempre utilize **pendrive** formatado e limpo, contendo somente o arquivo gerado pelo SPCE-Cadastro (.ZIP).



**NUNCA** renomear o arquivo gerado no SPCE-Cadastro.



**DOMINGOS RODRIGUES ZATI**

E-mail: [domingos.zati@tre-mg.jus.br](mailto:domingos.zati@tre-mg.jus.br)